

# SUMÁRIO

Apresentação 15

Prefácio 17

## REGRAS GERAIS

A originalidade da cópia: as particularidades das regras brasileiras de preços de transferência e da sua aplicação 21

*Raquel Novais*

*Clara Gomes Moreira*

1 Introdução 21

2 Objetivos proclamados da nova política brasileira de preços de transferência 23

3 Estrutura básica da legislação de preços de transferência 24

4 Princípio do *arm's length* 27

4.1 Princípio da neutralidade tributária 30

5 Amplitude dos conceitos de partes relacionadas e de transação controlada 32

6 Ajustes fiscais e os riscos de dupla tributação econômica sobre a renda 35

7 O poder de correção da Administração Tributária 37

7.1 O ajuste primário e a vinculação do lançamento tributário 39

8 Normas constitucionais limitadoras do poder de tributar 39

8.1 Os *Guidelines* como fonte subsidiária de interpretação 40

8.2 A alocação do ônus probatório em função do princípio do *arm's length* 41

9 Conclusão 42

10 Referências 42

A nova política de controle de preços de transferência – Lei 14.596/2023 45

*Alessandra Okuma*

1 Introdução – diretrizes da OCDE 45

2 Evolução: da Lei 9.430/1996 para a Lei 14.596/2023 48

3 A nova lei de preços de transferência e as partes relacionadas da Lei das S/A 49

4 A nova lei de preços de transferência e os tratados para evitar a dupla tributação – TDT 53

5 As empresas associadas do art. 9º dos TDTs e a nova lei de preços de transferência 55

6 Referências 59

Delineamento da transação e análise de comparabilidade	61
<b><i>Ramon Tomazela Santos</i></b>	
1 Introdução	61
2 O delineamento da transação	62
2.1 Os termos contratuais e o delineamento da transação	62
2.2 A recaracterização da transação ( <i>non-recognition</i> )	65
2.3 Análise funcional	67
2.3.1 Funções	69
2.3.2 Ativos	70
2.3.3 Riscos	70
2.4 As características do bem, direito ou serviço	73
2.5 As circunstâncias econômicas	75
2.6 As estratégias de negócios	76
3 Análise de comparabilidade	77
4 Conclusão final	80
5 Referências	80
Delineamento da transação controlada	83
<b><i>Ricardo Marozzi Gregorio</i></b>	
1 Os elementos da definição do delineamento	83
2 As relações comerciais ou financeiras	86
3 As características economicamente relevantes	88
4 O teste de racionalidade da transação delineada	93
5 Referências	106
Os métodos de preços de transferência na nova sistemática da Lei n. 14.596/2023	109
<b><i>Bruno Marques Santo</i></b>	
<b><i>Fernanda Prado Sampaio</i></b>	
1 Contexto e objetivos	109
2 Os esforços preparatórios entre a Receita Federal do Brasil e a OCDE no âmbito de preços de transferência	111
3 Princípio <i>arm's length</i> e FAR	115
4 Os métodos de TP na nova sistemática da Lei n. 14.596/2023	117
4.1 Preços Independentes Comparados (PIC)	119
4.2 Preço de Revenda Menos Lucro (PRL)	121

4.3 Método Custo Mais Lucro (MCL)	122
4.4 Margem Líquida da Transação (MLT)	123
4.5 Método Divisão do Lucro (MDL)	124
5 Comentários finais	125
6 Referências	126
Os métodos de preços de transferência na nova sistemática	127
<i>Luiz Felipe Centeno Ferraz</i>	
<i>Raphael de Campos Martins</i>	
1 Introdução	127
2 Os <i>Guidelines</i> como fonte do direito	132
3 Métodos aceitos para verificação do <i>arm's length</i>	136
4 Situações específicas	138
4.1 Mineração e as delimitações das definições de <i>commodities</i>	138
4.2 Intangíveis e os HTVI	140
4.3 Serviços de baixo valor agregado	143
4.4 CCA	146
4.5 Reestruturação de negócios	149
5 Considerações finais	151
O intervalo de comparáveis no novo regime de preços de transferência do Brasil	153
<i>Cristiane Drumond</i>	
1 Introdução	153
2 Considerações preliminares sobre o intervalo de comparáveis na Lei n. 14.596/2023 e nas <i>Diretrizes da OCDE</i>	155
3 Intervalo de comparáveis na IN n. 2.161/2023, de 28 de setembro de 2023	158
3.1 Determinação do intervalo apropriado	161
3.2 Uso do intervalo interquartil vs. intervalo completo	163
3.3 Mas afinal, como determinar o intervalo interquartil?	165
3.4 Outros percentis	169
3.5 Confiabilidade e incertezas	169
3.6 Atribuição do valor da mediana à transação controlada	172
3.7 Outras medidas estatísticas	175

Conceitos de “intervalo de comparáveis” e “parte testada” – uma análise prática com base no Direito Comparado e na Lei n. 14.596/2023	177
<i>Igor Scarano Brandão</i>	
<i>Paulo Santana</i>	
1 Introdução	177
2 Parte testada	178
2.1 Conceito geral e aplicação no Direito Comparado	178
2.2 Disciplina na Lei n. 14.596/2023	182
2.3 Aspectos práticos e possíveis controvérsias	183
3 Intervalo de comparáveis	184
3.1 Conceito geral e aplicação no Direito Comparado	184
3.2 Disciplina na Lei n. 14.596/2023	189
3.3 Aspectos práticos e possíveis controvérsias	190
4 Exemplo prático de aplicação dos conceitos de “parte testada” e “intervalo de comparáveis”	192
5 Conclusão	195
Ajustes à base de cálculo: análise comparativa, características e aspectos de atenção	197
<i>Clarissa Giannetti Machado Miras</i>	
<i>Telírio Pinto Saraiva</i>	
1 Introdução	197
2 Os ajustes existentes de acordo com a Convenção Modelo OCDE e o Guia TP OCDE	199
3 Espécies de ajustes adotados pela nova legislação de preços de transferência do Brasil	203
4 Análise comparativa: ajustes OCDE x ajustes legislação local	205
5 Alguns pontos de atenção (sujeitos à regulamentação mais detalhada)	208
5.1 Periodicidade dos ajustes	209
5.2 Impacto dos ajustes espontâneos e compensatórios na base de outros tributos	209
5.3 Retificação durante fiscalização – uma oportunidade adicional ao contribuinte?	211
6 Conclusão	212

Os ajustes de preços de transferência à luz da Lei n. 14.596/2023	215
<i>Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos</i>	
1 Introdução e delimitação do objeto de estudo	215
2 As regras de preços de transferência e o ALP	216
3 Os ajustes à base de cálculo previstos pela Lei n. 14.596/2023	222
4 Conclusões	226
5 Referências	227
A conexão entre o controle de preços de transferência no âmbito da Contabilidade e das normas de Direito Tributário	229
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	229
2 Do surgimento do estudo dos preços de transferência na Contabilidade	230
3 A conexão entre Contabilidade e Direito Tributário Internacional no que tange ao controle dos preços de transferência	234
4 Da evolução da regulação tributária sobre preços de transferência	235
5 Da Contabilidade nas diretrizes de preços de transferência da OCDE	239
6 Conclusões	243
7 Referências	244

## REGRAS ESPECÍFICAS

O conceito de <i>commodity</i> para fins de aplicação das regras de preços de transferência no Brasil: alterações introduzidas pela Lei 14.596/2023	247
<i>Alexandre Siciliano Borges</i>	
<i>Caroline Andres de Castro</i>	
1 Introdução – preços de transferência e comparabilidade	247
2 Análise do atual conceito de <i>commodity</i> para fins de aplicação das regras de preços de transferência no Brasil	249
3 O conceito de <i>commodity</i> no contexto da comparabilidade de transações	252
4 O conceito de <i>commodity</i> no âmbito da OCDE e a redação introduzida pela Lei 14.596/2023	255
5 Conclusão	259

A Lei n. 14.596/2023 e a nova regra de preços de transferência para as <i>commodities</i>	261
<b>Ana Paula Saunders</b>	
1 Introdução – o conceito de “preço de transferência”	261
2 As regras de preços de transferência aplicadas às <i>commodities</i>	267
2.1 As <i>commodities</i> e a sua conceituação	267
2.2 O método dos Preços Independentes Comparáveis (PIC) – uma breve análise	269
3 Conclusão	275
4 Referências	276
Reflexões sobre serviços intragrupo e contratos de compartilhamento de custos na Lei n. 14.596/2023	279
<b>Ana Lucia Castagnari Marra</b>	
1 Introdução	279
2 Panorama das regras sobre serviços intragrupo e contratos de compartilhamento de custos estabelecidas pela Lei n. 14.596/2023	281
3 Regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB)	286
4 Aspectos relevantes na aplicação prática das regras de preços de transferência referentes a serviços intragrupo e contratos de compartilhamento de custos	291
4.1 Alinhamento e papel das <i>Guidelines</i> da OCDE	291
4.2 Identificação dos serviços intragrupo	292
4.3 <i>Benefits test versus</i> regras gerais de dedutibilidade	294
4.4 Adequada compreensão do escopo dos contratos de compartilhamento de custos	295
5 Considerações finais	297
Desafios da implementação e tributação da reestruturação de negócios no Brasil	299
<b>Gustavo Carmona Sanches</b>	
<b>Arhayliz Travieso</b>	
1 Introdução	299
2 Contexto geral e relevância do tema	301
2.1 O que são reestruturações de negócios?	301
2.2 Impacto e relevância das operações de reestruturação de negócios no contexto internacional	303

3	Legislação internacional referente às reestruturações de negócios	305
3.1	Abordagem determinada pela OCDE para análise das operações de reestruturação de negócios	306
3.2	Desafios comuns da implementação do princípio <i>arm's length</i> nas reestruturações de negócios	307
3.2.1	Determinação da existência dessas operações	307
3.2.2	Determinação do pacote transferido – critérios de valoração	307
3.2.3	Impactos da implementação de tributação de saída ( <i>exit tax</i> )	308
4	Desafios relacionados à tributação das operações de reestruturação de negócios no Brasil	309
4.1	Tributação quando o Brasil é a jurisdição cedente (saída)	309
4.2	Tributação quando o Brasil é a jurisdição de destino	314
4.3	Cenários de dupla tributação – ausência de art. 9º, § 2º, nos tratados para evitar a dupla tributação assinados pelo Brasil	317
5	Conclusão	317
6	Referências	318
	 Aplicação do princípio do <i>arm's length</i> em reestruturações de negócios por meio de modelos alternativos de produção	 321
	<b><i>Bruna Camargo Ferrari</i></b>	
1	Introdução	321
2	Pilares da aplicação do ALP e relevância da análise funcional	322
3	Reestruturações de negócios por meio de modelos alternativos de produção	327
4	Delineamento das transações reestruturadas	331
5	ORA e não reconhecimento de reorganizações de negócios	334
6	Conclusões	337
7	Referências	338
	 Preços de transferência e ativos intangíveis	 339
	<b><i>Roberto Codorniz Leite Pereira</i></b>	
	Introdução	339
1	Conceito de intangíveis	341
2	Transações típicas envolvendo ativos intangíveis	345
2.1	<i>The royalty structure</i>	345
2.2	<i>The royalty structure with centralized entrepreneur structure</i>	346
2.3	<i>The cost contribution agreement structure</i>	347

3 Delineamento da transação	350
4 Reconhecimento da transação	353
5 Seleção e aplicação do método mais apropriado	357
5.1 Aplicação do Método PIC	358
5.2 Aplicação do Método da Divisão de Lucros (MDL)	359
5.3 Utilização de técnicas de avaliação financeira	360
Conclusões	362
Referências	362
O novo regime dos preços de transferência no Brasil e as operações financeiras	365
<i>Francisco Lisboa Moreira</i>	
1 Introdução	365
2 Histórico do controle de preços de transferência nas operações financeiras	366
2.1 Comentários iniciais	366
2.1.1 Impacto do IOF na conduta do devedor e controle do capital estrangeiro no País	369
2.1.2 O tratamento dos juros na Lei n. 9.430/1996	370
3 A nova lei de preços de transferência para as operações financeiras	373
3.1 Considerações gerais: opções realisticamente disponíveis, delineamento da transação e aplicação dos métodos	373
3.2 Os testes sobre as taxas de juros	375
3.3 A cobrança de taxas em operações de garantia	378
3.4 A gestão centralizada de tesouraria ( <i>cash pooling</i> )	380
3.5 A função do seguro cativo	383
3.6 Operações de <i>hedge</i> (proteção)	384
4 Conclusões	385
5 Referências	385
<i>Royalties</i> e o novo regime de preços de transferência	387
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
1 Cenário geral antes da aprovação do novo regime legal de preços de transferência	387
2 Tratamento jurídico-tributário das despesas de <i>royalties</i> antes da aprovação do novo regime de preços de transferência	390

3 Novo regime legal de preços de transferência e <i>royalties</i>	394
3.1 Tratamento geral dos <i>royalties</i> no novo regime	394
3.2 Vigência e aplicação das normas da Lei n. 14.596/2023	398
4 Conclusões	400
5 Referências	401
O novo tratamento de <i>royalties</i> e serviços técnicos no âmbito da Lei 14.596/2023 – art. 44	403
<b><i>Marcos Aurélio Pereira Valadão</i></b>	
1 Introdução	403
2 Escorço histórico do tratamento da remessa de <i>royalties</i> e serviços de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante	404
3 A redação do art. 44 da Lei 14.596/2023 e seu histórico legislativo	410
4 Aspectos importantes do novo tratamento legal	413
4.1 Outro ponto relevante	414
4.2 Interação com os tratados de dupla tributação	415
5 Considerações finais	417
6 Referências	417
<i>Advance Pricing Agreement (APA) e Mutual Agreement Procedure (MAP)</i> na Lei 14.596/2023	419
<b><i>Gisele Barra Bossa</i></b>	
<b><i>André Araújo de Matos Novaski</i></b>	
<b><i>André Otávio Ferreira Boin</i></b>	
1 Introdução	419
2 <i>Advance Pricing Agreement (APA) e Mutual Agreement Procedure (MAP)</i>	420
2.1 Espécies de APAs e o APA MAP	425
3 A ausência do APA na Lei n. 9.430/1996 e o APA MAP na IN 1.846/2018	427
4 Os mecanismos na Lei n. 14.596/2023	433
4.1 A instituição do APA na legislação brasileira	433
4.2 A modificação no APA MAP brasileiro	437
5 Conclusões	440
6 Referências	442

As medidas de eliminação ou mitigação de disputas, os <i>Advance Pricing Arrangements</i> e o processo de consulta específico em matéria de preços de transferência	445
<b>Ana Carolina Monguilod</b>	
1 Introdução	445
2 <i>Advance Pricing Arrangements</i> – APA	451
3 O processo de consulta formal e o processo de consulta específico em matéria de preços de transferência	452
4 Conclusões	457
5 Referências	458